

Congresso começa a votar Orçamento

Telefoto de Luiz Antonio



A Comissão Mista do Congresso decide iniciar o processo de votação

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso começa a votar hoje o relatório do Senador Almir Gabriel (PMDB-PA) sobre a proposta orçamentária da União para o próximo ano, que contempla a reivindicação dos Governadores para a rolagem da dívida dos Estados e Municípios. O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, reafirmou a disposição para o confronto:

— Vamos para o voto. Acredito que o Congresso Nacional será solidário aos Governadores do partido.

A manifestação de Ulysses reflete o estado de espírito dos membros da Comissão de Orçamento com o envio ao Congresso de uma terceira proposta orçamentária que, além de repetir a fórmula inicial prevista para o pagamento da dívida, reduziu a margem de atuação do Legislativo. Os parlamentares entenderam que a iniciativa do Governo, de pedir a reabertura das negociações na sexta-feira, não passou de manobra destinada a ganhar tempo para a elaboração da nova mensagem.

A decisão do Governo, comunicada pelo Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), na noite de anteontem, revoltou os parlamentares. Alguns chegaram a propor o início imediato do processo de votação do relatório de Almir Gabriel, para evitar novas iniciativas do Executivo. O Senador Mendes Canale (PMDB-MS) foi aplaudido com entusiasmo quando afirmou: "Está faltando respeito do Executivo para com o Congresso Nacional".

Gabriel disse que seu relatório manterá o déficit público proposto

pelo Governo em torno de 0,56% do PIB. Segundo o relator, a meta do Executivo de permitir déficit de 0,10% para o Orçamento Geral da União e 0,46% para as transferências das estatais não será alterada significativamente. Segundo Gabriel, desta forma o Legislativo responde às críticas surgidas na reunião de segunda feira do pacto social, quando empresários condicionaram seu apoio ao à manutenção do déficit público proposto no orçamento do Executivo. O Senador disse que encontrou fórmulas para compensar a receita que será perdida com a rolagem da dívida de Estados e Municípios.

— Encontramos alternativas internas no Orçamento para prover as di-

ferenças que vão surgir. Não foi necessário alterar muito o relatório original — informou o senador.

Cid Carvalho disse que após a leitura do relatório, marcada para as 9 horas de hoje, começará o processo de votação. O Orçamento será votado, de acordo com o cronograma da Comissão, no dia 5 de dezembro. Antes disso, porém, o Congresso terá que aprovar o novo Regimento Interno que vai determinar o quorum para aprovação de matérias. Se o Orçamento fosse à votação segundo o Regimento antigo, poderia ser aprovado com quorum simples dos parlamentares presentes à sessão, desde que a sessão fosse aberta com o mesmo quorum em relação ao total dos membros do Congresso.